

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

Fábio Figueredo Fernandes

TRABALHO E RURALIDADE:
OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE QUALIDADE E O AGRONEGÓCIO
BRASILEIRO

Santa Maria, RS
2023

Fábio Figueredo Fernandes

TRABALHO E RURALIDADE:
OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE QUALIDADE E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Artigo de conclusão de curso apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, pelo Curso de Ciências Sociais Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção de título de **Bacharelado em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto.

Santa Maria, RS
2023

Fábio Figueredo Fernandes

**TRABALHO E RURALIDADE:
OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE QUALIDADE E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

Artigo de conclusão de curso apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, pelo Curso de Ciências Sociais Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção de título de **Bacharelado em Ciências Sociais**.

Aprovado em ___ de dezembro de 2023.

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

Ricardo Mayer, Dr. (UFSM)

Mateus Lazzaretti, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

TRABALHO E RURALIDADE: OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE QUALIDADE E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

AUTOR: Fábio Figueredo Fernandes
ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

O presente trabalho de conclusão tem por objetivo esboçar um quadro sociológico explorativo acerca do trabalho e da ruralidade de modo que nos permita ter instrumentos para compreender, com ênfase nos produtos alimentícios de qualidade no Rio Grande do Sul, os impactos do modo produtivo do agronegócio nas condições do trabalho rural no Brasil. A metodologia consiste em relacionar a bibliografia teórica e as atividades empíricas de saídas a campo e entrevistas realizadas com o grupo Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (TRAMAS – UFSM) e também com o projeto Reconfigurações no Sindicalismo e no Trabalho Rural. Para tanto, primeiro se esboça alguns aspectos do processo de modernidade que inaugura as ciências sociais como reflexão da sociedade sobre si mesma, examinando a categoria trabalho e a relação entre campo e cidade em algumas obras de Karl Marx. Em seguida, se situa brevemente o debate sobre ruralidade no que tange o campesinato, problematizando sua relação com as alternativas econômicas de competitividade de mercado. Depois, entenderemos o papel da Indicação Geográfica na regulamentação dos produtos de qualidade e os problemas da expansão da padronização desses produtos, fazendo alguns apontamentos gerais sobre o agronegócio em suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Os resultados mostram que as condições de trabalho rural não melhoram ainda que se inove o modelo produtivo pela qualidade e o papel dos sindicatos e movimentos sociais é cada vez mais importantes na tentativa de solução dos problemas decorrentes.

Palavras-chave: modernidade; trabalho; qualidade; ruralidade; agronegócio.

ABSTRACT

WORK AND RURALITY: QUALITY FOOD PRODUCTS AND BRAZILIAN AGRIBUSINESS

AUTHOR: Fábio Figueredo Fernandes
ADVISOR: Everton Lazzaretti Picolotto

The present conclusion work aims to outline an exploratory sociological framework about work and rurality in a way that allows us to have instruments to understand, with an emphasis on quality food products in Rio Grande do Sul, the impacts of the productive mode of agribusiness on conditions of rural work in Brazil. The methodology consists of relating the theoretical bibliography and empirical activities of field trips and interviews carried out with the group Labor, Agriculture and Social Movements (TRAMAS – UFSM) and also with the project Reconfigurations in Unionism and Rural Work. To this end, we first outline some aspects of the process of modernity that inaugurates social sciences as society's reflection on itself, examining the category of work and the relationship between countryside and city in some works by Karl Marx. Next, the debate on rurality in relation to the peasantry is briefly discussed, problematizing its relationship with economic alternatives for market competitiveness. Afterwards, we will understand the role of Geographical Indication in regulating quality products and the problems of expanding the standardization of these products, making some general notes about agribusiness in its political, economic and social dimensions. The results show that rural working conditions do not improve even if the production model for quality is innovated and the role of unions and social movements is increasingly important in trying to solve the resulting problems.

Keywords: modernity; work; quality; rurality; agribusiness.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. MODERNIDADE, TRABALHO E RELAÇÃO CIDADE E CAMPO A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE KARL MARX.....	7
2.1. <i>Aspectos do processo da modernidade e o surgimento das ciências sociais como reflexão da sociedade sobre si mesma.....</i>	<i>7</i>
2.2. <i>O trabalho e a relação entre campo e cidade segundo Karl Marx.....</i>	<i>8</i>
3. RURALIDADE, CAMPESINATO E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS.....	10
3.1. <i>Identificando o debate sobre ruralidade.....</i>	<i>10</i>
3.2. <i>Campesinato e alternativas de mercados rurais para maior competitividade.....</i>	<i>12</i>
4. PRODUTOS DE QUALIDADE, TRABALHO DE QUALIDADE E AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	13
4.1. <i>Indicação Geográfica (IG): organizações de regulamentação da qualidade na produção do Rio Grande do Sul.....</i>	<i>13</i>
4.2. <i>Problematizando a IG em seu processo de certificação de produtos alimentares.....</i>	<i>16</i>
4.3. <i>Agronegócio brasileiro e notas sobre as condições do trabalho rural.....</i>	<i>19</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

Procuraremos traçar de modo geral o avanço da modernidade e seus principais aspectos transformativos em atividades rurais. O desenvolvimento da ciência moderna e do domínio humano sobre a natureza transformou as dimensões sociais, políticas e econômicas das sociedades em geral, destronando a religião do medievo. A sociologia é inaugurada com a pretensão de compreender essas transformações. O nosso propósito, no primeiro momento, é captar a categoria trabalho e as suas nuances na relação entre campo e cidade, rural e urbano a partir de Karl Marx com sua crítica do modo de produção capitalista, destacando o seu método.

No que segue, se fará uma investida em debates sobre ruralidade e trabalho. O mergulho em alguns textos de Karl Marx solidifica o terreno que fundamenta o debate contemporâneo acerca do tema. Assim, se destaca a sociologia rural e suas questões sobre campesinato e sua relação com o desenvolvimento capitalista de modo que a visão escatológica de Marx problematiza a ação coletiva dos sujeitos do campo. Nesse sentido, se mostra o ocultamento do campesinato na história da agricultura brasileira e a necessidade de pensar estratégias ao seu desenvolvimento.

Por fim, se explicitará o que é a Indicação Geográfica (IG) na diferenciação de produtos de qualidade, indicando alguns atores da efetivação do selo na Campanha Meridional do Pampa Gaúcho no Rio Grande do Sul no ramo da carne de qualidade. A IG se mostrará paradoxal: moderniza (ou freia a modernização?) ao mesmo tempo que delimita privilégio a certos grupos. Nesse sentido, qual seria a relação entre IGs e o agronegócio e as condições de trabalho de base? Os sindicatos e movimentos sociais se fazem importantes nesse entendimento porque a partir de problemas locais permitem, pela ação coletiva, não apenas tornar público o problema local global mas propôr alternativa – ou ao menos incitar o debate – sobre as condições de trabalho rural.

Se trata de um trabalho de pesquisa exploratória (GIL, 2002, p. 26-27) e que envolve levantamento bibliográfico, documental, entrevistas semiestruturadas, se valendo também, em menor monta, de filmes, *podcasts* e outras mídias como complementos didáticos. O texto traz resultados parciais de investigações, na identificação dos atores da trama social entre trabalho e ruralidade, na colocação dos problemas sociológicos envolvidos e nas possibilidades de alternativas no exame das transformações políticas, econômicas e sociais. Tem pretensão de

uma visão aproximativa, mas visando, no produto final, um problema mais esclarecido, passível de investigação por procedimentos mais sistematizados posteriormente.

2. MODERNIDADE, TRABALHO E RELAÇÃO CIDADE E CAMPO A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE KARL MARX

2.1. Aspectos do processo da modernidade e o surgimento das ciências sociais como reflexão da sociedade sobre si mesma

Poderíamos encontrar diversas categorias sociológicas nos autores clássicos com suas concepções acerca das transformações na sociedade moderna. A “modernidade” foi um amplo objeto de análise dos principais teóricos sociais devido a seu avanço industrial e científico bem como seu contraste de ocidentalização com a racionalização iluminista¹ (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 473-474). Sua exposição como “projeto burguês” faz da modernidade o processamento de muitas mudanças características² (BORNHEIM, 2005, p. 35-40).

Essas mudanças advindas com a modernidade no cotejo de transição e saída da idade média ou feudalismo depõe a ordem tradicional às instituições sociais modernas. Todavia, esse “antitradicionalismo” provoca um “desenraizamento” humano (MARQUES & MACIEL, 2018, p. 285) onde a modernidade subsiste na cidade e geograficamente passa a se equivaler ao urbano (ibid., p. 278). A substituição da crença medieval na providência pela racionalidade, ciência e técnica e a consequente adesão geral à noção de “progresso” aparecem como expectativas inextricáveis à modernidade (MOUZAKITIS, 2017).

As revoluções nas práticas industriais, tecnológicas e políticas ascende as ciências sociais em combinação com a formação das instituições sociais modernas (WITTROCK et al., 1998, p. 1-6) e a sociedade, agora autônoma mas alienante como produto humano, se torna objeto da sociologia e abre caminho às “aventuras da reificação” (VANDENBERGHE, 2009, p. 1-2). As triplas revoluções (*e.g.*, inglesa, americana e francesa) fomentaram ainda mais essa autorreflexão da sociedade como produção humana e histórica com sua contingência e autonomia em detrimento do ordenamento divino.

1 Muitos são os autores modernos que serviriam de exemplo dessa racionalização iluminista, mas é inviável especificar suas teorias aqui. Segundo Henri Lefebvre (1999), o “racionalismo que culmina com Descartes acompanha a *inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana*” (grifo nosso, p. 24).

2 Dentre elas, o autor destaca seis: a autonomia, a propriedade privada, o capitalismo, o conhecimento, a liberdade e o trabalho – sendo este último o qual nos deteremos no presente trabalho.

Segundo Cesar Sanson (2021), dentre os autores da sociologia clássica, Karl Marx investigou “a moderna produção burguesa” com a elevação do trabalho “à condição de centro organizador da vida individual e coletiva” pelo “método materialista histórico dialético”³ (p. 17-18). Distinto de Émile Durkheim que via a divisão social do trabalho na sociedade industrializada como promotora da autonomia e solidariedade social em caráter “profilático” à anomia (p. 150) e de Max Weber com sua ênfase na reforma protestante na “organização capitalista-racional do trabalho (formalmente) livre” (p. 149-152).

Não podemos, pelas questões das limitações do texto, aprofundar as nuances teóricas entre esses autores ou mesmo da formação do pensamento moderno em contraste com o pré-moderno. Sendo assim, procuramos recortar, a partir de algumas obras de Karl Marx, aspectos pertinentes para compreensão do trabalho e do mundo rural.

2.2. O trabalho e a relação entre campo e cidade segundo Karl Marx

Em Karl Marx, teoria e método são indissociáveis na medida em que é do trabalho que resulta o ser social e é por ele que se pode transformar esse último. Seu método está vinculado à realidade social a partir de uma abordagem ontológica⁴ (SILVA, 2019). O trabalho, em uma primeira aproximação, aparece para esse autor como “condição multifacetada”: é manifestação do metabolismo em relação à natureza; é ontologicamente criativo; é ato de transformação social; mas é também fetichizado (SANSON, 2021, p. 24).

Segundo José Paulo Netto (2011), o método de Karl Marx parte da “análise concreta da sociedade moderna”. Assim, estuda toda a história pela perspectiva das condições de existência das formações sociais pela produção e a reprodução da vida real (p. 9-17). Procedendo do real para a abstração e então retornando ao real, ele analisa a gênese da organização do modo de produção de sua época (p. 42-49).

3 A dialética, tal como o materialismo, tem suas raízes na filosofia antiga. É entendida como problema ontológico e tem sua gênese na metafísica. Se destaca sua não só determinação como lei ou leis do qual se pensa a partir para articular o real. Seus fundamentos são mais longínquos, anteriores aos tempos modernos, e se referem à história, à natureza e ao conhecimento, ver Bornheim (1977). Por outro lado, o ponto de partida do materialismo de Marx é bem explicitado em sua tese de doutorado: “*Diferenças entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*” [1841]. Em regra, seu materialismo conseqüentemente se desenvolverá em oposição ao idealismo de Hegel com influência da virada antropológica de Feuerbach, afirmando o predomínio da matéria em independência ao pensamento e sustentando nossa relação com o mundo através da ação ou *práxis*. Cf. Foster (2023, p. 17-28). Não obstante, se considera também uma distinção entre materialismo histórico e materialismo dialético, ver Bottomore (1988, p. 258-263).

4 Ontologia é o estudo do ser ou da “natureza da existência”. Trata também das pressuposições de “alguma teoria científica”. Tem sua origem a partir da filosofia antiga. Cf. verbete “ontologia” em Outhwaite & Bottomore (1996, p. 535-536).

Em seu *Manuscritos Econômico-Filosóficos* [1844], Karl Marx (2008) nos alerta sobre o aumento da “valorização do mundo das coisas” e a consequente “desvalorização do mundo dos homens” (p. 80). Com o advento da propriedade privada, o trabalho passa a ser visto como mercadoria, assim como os produtos desse trabalho. Em outras palavras, a objetivação do trabalho ocasiona o “estranhamento (*Entfremdung*)” ou perda do seu objeto, pois “quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (p. 81).

Todavia, como seria a análise referente ao trabalho no campo, isto é, ao trabalho rural? Como o autor se refere a relação do campo e da cidade? Alguns apontamentos aparecem em o *Manifesto do Partido Comunista* [1848]. Nele, Karl Marx (2012) nos diz que a “burguesia submeteu o campo à dominação da cidade”, “tornou o campo dependente da cidade” e a “organização feudal da agricultura e da manufatura (...) deixaram de ser compatíveis com as forças de produção desenvolvidas” (p. 48-49). Essas palavras consagram a abertura do mercado mundial e da livre concorrência coadunada à dominação institucional e política da burguesia.

Isso evidencia o caráter do trabalho como explorado e ocultado. Todavia, o caráter metabólico relacional trabalho e natureza com possibilidade criativa não pode ser ignorado. Ainda conforme Karl Marx (2011, p. 5) em seu Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* [1859], o trabalho produz a existência e constitui a “estrutura econômica da sociedade”, porém em “relações de produção” determinadas segundo o grau das “forças produtivas”. A consequente contradição das relações de produção e das forças produtivas nascida das “condições de existência social” criam condições para a “transformação social”.⁵

De todo modo incisivo, o trabalho foi o “primeiro ato histórico”, como nos conta Karl Marx e Engels (2007, p. 33-34) em *A ideologia alemã* [1845], pois é através dele que se alcança a satisfação das necessidades humanas básicas, portanto a “produção da vida” através de sua relação natural e social. Contudo, há vários tipos de trabalho.⁶ De qual trabalho, afinal, estamos falando? Por exemplo, o trabalho material é diferente do trabalho espiritual. De tal modo que

“[a] maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à

5 Se sabe, todavia, das críticas de Cornelius Castoriadis (1982) sobre o problema da sustentação da filosofia marxista da história e a atribuição universal ao proletariado como “última classe” (p. 50).

6 Pertinente é a constatação da centralidade do trabalho e o debate ontológico que acarreta essa centralidade agregada à distinção entre trabalho e trabalho abstrato, pertinente para a problematização do trabalho para além do capital. Cf. Sergio Lessa (2012).

civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais (...)” (ibid., p. 52).

Sendo assim, a cidade inaugura a necessidade de administração política em geral. “A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão”. Não obstante, a possível “superação da oposição entre campo e cidade” não se satisfaz pela mera vontade (p. 52).

Sobre isso, em *O Capital* [1867], Karl Marx (2022) nos diz que

“[o] trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quais que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (p. 64-65).

De fato, mas isso indica também que há um trabalho que produz valor de uso mas que seu produto pode não ser mercadoria? Isso nos apresenta questões que nos levam além da dicotomia ontológica das classes burguesa e proletária na medida em que o trabalho útil e não mercantil é sobretudo um modo de vida com “valor de uso social” (ibid., p. 63).

3. RURALIDADE, CAMPESINATO E ALTERNATIVAS ECONÔMICAS

3.1. Identificando o debate sobre ruralidade

De acordo com Marcel Jollivet (1998, p. 10-17), podemos destacar cinco temas para a sociologia rural: das relações entre cidade e campo; das transformações da agricultura quanto ao estabelecimento, trabalho, família e política; dos lugares que os camponeses e agricultores ocupam na sociedade; do desenvolvimento local rural; e, por fim, o do meio ambiente. Por essa via, o “discurso social” sobre o rural que se dá de modo interdisciplinar se constitui em sociologia rural – pelo que se chama de *démarche* – integrando holisticamente as dimensões do meio rural.

De acordo com Ricardo Abramovay (2007, p. 41-47), não há “questão agrária” em Karl Marx, sendo ela uma resposta às circunstâncias. O problema que se constitui a partir do autor é se o campesinato será ou não extinto com o desenvolvimento capitalista. Isso nos remete ao debate entre Kautsky e Chayanov⁷ e sobre a questão agrária na Rússia. Peculiar da

⁷ Em linhas gerais, Kautsky acreditava na tendência à subordinação do campesinato ao capitalismo. Chayanov, por outro lado, via o modelo camponês como alternativa ao capitalismo. Entendia que os camponeses são sujeitos criando sua própria existência, autônomos, não precisando vender sua força de trabalho no mercado, mesmo no sistema capitalista.

argumentação de Ricardo Abramovay é a questão campesina hoje como abolição da incompatibilidade entre “progresso técnico e produção familiar” (ibid., p. 58).

Como vimos, o problema da superação da oposição entre campo e cidade não é simples e a resolução de Karl Marx não é clara, apesar de haver alguns pontos.⁸ É que na “supressão do sistema capitalista” aparentemente se superaria essa oposição, onde os sujeitos desse processo são os próprios humanos. Em outras palavras, a revolução social, assim como aconteceu na Rússia, pode ser viável a partir do campo⁹ (SARTORI, 2021, p. 423-424).

A sociologia surge na investigação dos problemas da sociedade industrial, logo os espaços rurais são interpretados de maneira polarizada ou complementar a ela – daí a relação modernidade como modernização tecnológica e o atraso do campo. Conquanto, dos anos 1960 aos anos 1980, o rural surge renascido e suas complexificações e transformações se relacionam com a esfera do trabalho, das políticas públicas, dos recursos territoriais, da questão agrária e da regulação ambiental (MARTINS, 2014, p. 7-9).

Apesar da “visão escatológica” de Karl Marx remeter a um certo rechaço da vida do campo, principalmente por ver os camponeses como “isolados” ou comparados a um “saco de batatas”¹⁰ incapazes de organização para libertação da sociedade. Difere da concepção sobre o operariado¹¹ urbano (RAMALHO & MOREIRA, 2014, p. 183-184). Não obstante, não é mister o aspecto da produção camponesa como trabalho que produz “valor de uso” que não é mercadoria e, portanto, não integrante ao capital? A definição marxiana é de que os camponeses, vistos como herança do passado, classe do sistema feudal, deveriam se diferenciar socialmente, formar as classes do capitalismo: burgueses e proletários.¹²

A agricultura brasileira sempre foi representada por grandes propriedades monocultoras e agroexportadoras, sendo fruto de “amnésia social” (WANDERLEY, 2015) que exclui o campesinato da parcela de sua contribuição. O campesinato seria um modo de vida e cultura que foi escanteado pela modernização da agricultura no século XX, apesar de

8 Que envolve, ao fim e ao cabo, os “equivocos” da teoria de Marx, conforme evidencia Raymond Aron (2008).

9 Henri Lefebvre (1999) sustenta o oposto, identificando a cidade como sujeito da história e vendo “no mercado o caminho da liberdade” do campo (p. 24).

10 Karl Marx faz alusão a esse termo em seu *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* [1852], com uma análise específica ao seu contexto.

11 Os operários, por exemplo, como nos diz E. P. Thompson em *A formação da classe operária inglesa* [1963], conseguiram construir no decorrer do século XIX instituições de consciência proletária e a consequente coesão do explorado – diferente dos homens e mulheres do campo. Porém se destaca ainda que a origem campesina e artesã do operariado abarca o ideal da “aldeia comunitária camponesa” (RAMALHO & MOREIRA, 2014, p. 196).

12 Contudo, precisaria averiguar os matizes dessa dicotomia, pois em algumas obras de Karl Marx se pode identificar uma variação mais ampla do interior dessas classes.

reinserido ao debate social com a redemocratização. Sua história de resistência e luta, junto ao recente debate teórico entre campesinato e agricultura familiar¹³, ressalta sua contribuição produtiva como setor agricultor não patronal, não latifundiário e não altamente tecnológico

Muito se ligou o rural ao sinônimo de atraso. De fato, há atraso, violência e pobreza na ruralidade brasileira, mas muito por causas históricas. O advento de um novo rural com o *agribussines* e de novos sujeitos (estes agricultores familiares, sem-sem, condomínios rurais, loteamentos clandestinos, etc) transformam os velhos e novos mitos do rural brasileiro. No Brasil, desde os anos 90 houve um aumento em ocupações não-agrícolas por pessoas que residem em áreas rurais; aumento de sua renda não-agrícola em comparação às atividades agrícolas e aumento de pessoas inativas no meio rural. Residir no campo não implica se valer de atividades – exclusivamente – agrícolas, o que requer reforma agrária, regulação pública e estratégias de desenvolvimento locais (SILVA, 2001).

3.2. Campesinato e alternativas de mercados rurais para maior competitividade

O comum de abordagens fatalistas é ver o campesinato como modo de produção em sua “inevitável desintegração (...) sob o desenvolvimento capitalista” (BOSETTI, 2012, p. 14). Se constata que o campesinato sofre marginalização, principalmente em países dominados pelos latifundiários e ausentes de políticas públicas. Conforme a transformação capitalista, o camponês passa a ser regulado pelo mercado. A sociologia rural pós-marxista identifica o camponês como um tipo social que produz para a subsistência se tornando, assim, agricultor familiar – ainda que possa estar relacionado com a racionalidade do capital (ibid., p. 16-17).

A discussão acerca do conhecimento e da cooperação no meio rural quanto ao empreendedorismo dessa relação como motor das forças produtivas para construir “novos mercados” englobando o desenvolvimento a partir do “saber-fazer” do mundo rural é pertinente (CAMPOS, 2007, p. 161-2). A recuperação das formas produtivas tradicionais – consideradas descartadas pela sociedade industrial – como “novas formas produtivas” serve de resposta às crises produtivas, permitindo a sua transformação em meio à sociedade capitalista sem expropriar seu saber (ibid., p. 171).

13 Sobre o processo de construção com atores estatais, acadêmicos e movimentos sociais e as mudanças classificatórias da categoria camponesa ao pequeno produtor e à distinção de agricultura familiar em um modo de produção distinto do patronal, conferir Everton Picolotto (2014).

Em linha semelhante, Guilherme Malafaia & Julio Barcellos (2007) discutem o caso gaúcho e os “sistemas agroalimentares locais” com base em sistemas de recursos do ambiente e sua competitividade no agronegócio pela cadeia produtiva bovina de carne de corte de qualidade. O foco é a gestão de empresas em nichos de mercado que equaciona problemas e visa melhorar a coordenação para competir com “recursos estratégicos”. Todavia, nessa pesquisa citada, por uma questão de delimitação do foco, muito pouco ou nada é dito acerca das condições de trabalho ou sobre propostas de mudanças na base produtiva.

Se de fato o campesinato deve ou não se integrar à competitividade capitalista, com a questão de fundo acerca da alteração de seu modo de vida, é uma dúvida que permanece. Tudo indica que há uma necessidade – ou pressão – de inserção ao mercado. Um exemplo disso é o aproveitamento de sistemas de reconhecimento de produtos de qualidade tais como o de “indicação de procedência” do pampa gaúcho (SANTOS, SEVERO & SANT’ANNA, 2015). Por outro lado, uma parte do campesinato pode estar inserida como trabalhador assalariado nas grandes e médias fazendas de produção.

4. PRODUTOS DE QUALIDADE, TRABALHO DE QUALIDADE E AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

4.1. Indicação Geográfica (IG): organizações de regulamentação da qualidade na produção do Rio Grande do Sul

A Indicação Geográfica (IG) surge na Europa e se refere a defesa do consumidor e a união do produto ao território através do esforço de produtores motivados pelo lucro coletivo, garantindo a qualidade do produto e a Indicação de Procedência (IP).¹⁴ Ela se baliza por cinco pilares: história, tradição e cultura, ambiente, produto e pela sustentabilidade. A demarcação da área da Campanha Meridional do RS, por exemplo, é apta pela aliança entre os campos nativos (Pampa gaúcho sustentável) e a produção de raças bovinas como Angus e Hereford (SANTOS et. al., 2015).

A IG visa valorizar os bens culturais e naturais e os modos de vida dos diversos grupos que compõem o território, contemplando a preservação da biodiversidade. A Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (APROPAMPA), fundada

¹⁴ Tem uma distinção, no interior da IG, entre IP e Denominação de Origem (DO), mas alguns autores da literatura sobre o tema não consideram essa distinção. Há um total de 36 IGs no Brasil, todas por IP – ainda que as DO estejam em tramitação (DULLIUS, 2009, p. 36).

em 2006, garante a oferta de carne de qualidade, gerando renda aos associados e incentivando a pesquisa na pecuária de corte, preservando o Pampa gaúcho e estimulando o turismo. Através da IP, é a única no Brasil que produz Angus e Hereford em pastagens naturais.¹⁵

A APROPAMPA¹⁶ foi criada para receber pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)¹⁷ o selo IG. Esse reconhecimento foi dado em 2006, como resultado do projeto “Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional” em parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e líderes rurais da região (MALAFAIA & BARCELLOS, 2007).

Com respeito à criação dos animais de raça, a Associação Brasileira de Hereford e Braford (ABHB, 2013), através do Programa da Carne do Pampa, orienta na produção e seleção de animais mais eficientes para a melhor qualidade da carne, organizando a cadeia de carne bovina e agregando valor às carcaças de raças Hereford e Braford.¹⁸ Isso funciona através de certificadores do peso, idade e cobertura de gordura do animal. Esse trabalho vai do curral à sala de abate e a avaliação se dá pelo carimbo de certificação (com ágio) e o carimbo de padrão racial (sem ágio), passando então à desossa, onde a avaliação se dá pela qualidade dos cortes e embalagem.

A *Alianza del Pastizal*, outro projeto de certificação, exige a criação do gado em pasto nativo e preza o sistema de produção característico com conservação do bioma Pampa. Se pauta pela sustentabilidade e a preservação ambiental, possuindo reconhecimento internacional pela *BirdLife International*, concedido pela *SAVE Brasil*. Segundo seu site oficial¹⁹, eles reúnem produtores rurais e instituições promovendo “sistemas de produção

15 SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. Indicação geográfica: carne do Pampa gaúcho da campanha meridional. **SNA**: Inteligência em agronegócio desde 1897, 28/04/2015. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/indicacao-geografica-carne-do-pampa-gaucha-da-campanha-meridional/>. Acesso em: 25/08/2023.

16 Estes são os municípios associados a APROPAMPA: Bagé, Hulha Negra, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Candiota, Pedras Altas, Aceguá e Pinheiro Machado.

17 Desde 1996 que o INPI, através da Lei da Propriedade Industrial (LPI), estabelece os procedimentos para os registros da IG, mas a partir de 2005 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) também ganha atribuições nesse sentido (DULLIUS, 2009).

18 Alguns argumentos alertam que o consumo de carne e leite parecem prejudicar a saúde e causar sofrimento animal e que a criação de gado contribui para o desmatamento e produzem gases que prejudicam o clima e o ambiente. O problema parece depender de onde e de como é a criação animal. Cf. ESCOSTEGUY, Angela. O Pampa, o gado, a carne e os gaúchos. **Instituto do Bem-Estar**: portal animais ecológicos: educação continuada e formação de rede, 16/07/2019, Animais, Ambiente e Nutrição. Disponível em: <https://ibem.bio.br/o-pampa-o-gado-a-carne-e-os-gauchos/>. Acesso em: 21/03/2022.

19 ALIANZA DEL PASTIZAL. **A Alianza del Pastizal**: para conservar la biodiversidad. Produtores rurais unidos pelo bioma Pampa. Disponível em: <https://www.alianzadelpastizal.org.br/>. Acesso em: 24/08/2023.

agropecuária mais eficientes que funcionem em harmonia com o bioma Pampa” monetizando os serviços ecossistêmicos e mantendo a conservação da biodiversidade. O programa engloba, além do Rio Grande do Sul, as regiões do Pampa da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Segundo Collares (2022), no tocante também à valorização da raça e por premissa da qualidade da carne marmoreada, a Associação Brasileira de Angus (ABA) tem estratégias semelhantes a ABHB, não possuindo restrições quanto a criação no pasto. A APROPAMPA não define as raças, mas exige as britânicas e suas cruzas. A *Alianza del Pastizal* também não faz exigências de raça e como a APROPAMPA não possui exportação como as outras duas. Assim, a ABA e a ABHB prezam o padrão de qualidade racial, enquanto a APROPAMPA e a *Alianza del Pastizal* prezam o sistema característico de produção, esta última enfatizando a conservação do bioma Pampa.

Dessa forma, o bioma pampa é entendido como possuindo uma “vocação sustentável” para a “boutique de carne”. A pecuária bovina de corte no Estado possui cerca de 13,6 milhões de cabeça de gado em uma área de 28,1 milhões de hectares. Se abate anualmente cerca de 1,9 milhão de cabeças. O Pampa seria a “Amazônia gaúcha” por conta da diversidade de plantas, insetos e animais únicos do bioma. Se destaca as instituições de pesquisas tais como a UFRGS e a EMBRAPA Pecuária Sul que contribuem com o embasamento científico do Estado, ressaltando o diferencial econômico da carne, seus benefícios à saúde e o sequestro de carbono do campo nativo bem manejado.²⁰

A globalização²¹ e as rápidas mudanças tecnológicas foram os problemas que exigiram essas novas formas de gestão no RS, pois os novos padrões de dependência gerado pelas grandes empresas do agronegócio geram dificuldades para se atingir os modelos de internacionalização da agricultura. Daí a inserção da pecuária gaúcha de corte no ambiente competitivo do agronegócio por “nichos de mercado” na diferenciação de produtos, pautados

20 GRECELLÉ, Roberto. Bioma preservado: a vocação sustentável da produção no Pampa gaúcho. **SEBRAE-RS**, 23/05/2018. Pecuária de Corte. Disponível em: <https://sebraers.com.br/bovinocultura-corte/a-vocacao-sustentavel-da-producao-no-pampa-gaucha/>. Acesso em: 21/03/2022. O autor desta matéria compõe o *podcast* Os Agronautas que propõe desmitificar o agronegócio. O *podcast* esteve presente no 32º Encorte na UFSM. Cf. https://www.instagram.com/encorte_u fsm/.

21 Podemos dizer que a expansão da padronização é consequência do neoliberalismo como “racionalidade política” onde generaliza as condutas em normatividade de concorrência e empresa (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17). A padronização participa do governo da vida de todas as entidades vivas por garantias públicas através de padrões. O padrão envolve um tipo de regulação e objetividade, no sentido de dar forma e busca algum bem por comprometimento, mas também pode acarretar opressão e subjugação (THÉVENOT, 2009). Curioso é a passagem dos “padrões tradicionais” (físicos do produto, genéricos e sem informação do processo de produção) aos “padrões de sustentabilidade” do século XX (a partir de movimentos de comércio justo e agricultura orgânica dos anos 60, importância social, ambiental e da qualidade). Ou seja, um processo histórico de *commodities*, para a *de-commoditisation* e então a *re-commoditisation* (DAVIRON & VAGNERON, 2011).

na localidade geográfica, na cooperação efetiva entre grupos e na vinculação a aspectos institucionais (MALAFAIA & BARCELLOS, 2007).

4.2. *Problematizando a IG em seu processo de certificação de produtos alimentares*

De acordo com Paulo André Niederle (2011), a IG valoriza a diversidade e singularidade de produtos segundo *terroirs* distintivos e os bens imateriais. Seu estudo parte do caso particular da vitivinicultura do Brasil e da França. Nos interessa seu destaque de dois processos de institucionalização: um que valoriza o território e as identidades e evita riscos e outro de apropriação setorial que canaliza as inovações técnicas e organizacionais para reações nos mercados.

A IG é uma “[e]xpressão conceitual de um modelo pós-fordista²² de produção e consumo alimentar”, pondo a interrogação da distinção entre “mercado de *commodities* e de singularidades” (ibid., p. 18). O caso mencionado do gado de corte no RS como um produto de qualidade que a APROPAMPA visa integrar ao “agronegócio de especialidades” também visa agregar – de algum modo – os *sem-terra*²³ a esse meio produtivo para evitar desapropriação (DULLIUS, 2009, p. 80-93).

Outro problema, apontado por Paulo B. D. Soares (2014, p. x), se refere a “premência da conciliação do desenvolvimento territorial e da preservação da biodiversidade” na diferenciação dos produtos, porém os benefícios das IGs parecem não se estender a todos os produtores rurais (familiares ou não), podendo servir de instrumento de privilégio²⁴ de um grupo dominante articulado.²⁵

Conquanto, há uma proliferação de estruturas de certificação, onde a competição para influenciar essas práticas se faz entre estados, empresas transnacionais, ONGs e produtores organizados. Os interesses diversos desses atores fazem da certificação um “mecanismo regulatório” de “política de governança” envolvendo relações administrativas e jurídicas dos

22 O modelo fordista de produção alimentar seria o modelo industrial de produção padronizada, com uniformidade técnica da produção e dos gostos. O pós-fordista refina essa concepção, onde a qualidade não é inerente ao produto mas entra em relação com o consumo e com o território sociocultural de produção ou particularização do produto (NIEDERLE, 2011, p. 19-27).

23 Como indicam Feldens & Medeiros (2018), a Campanha Meridional, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 2016, “possui 34 assentamentos” cadastrados, inserindo “produtos agroecológicos no mercado” e evidenciando uma demanda por produtos diferenciados.

24 Além disso, conforme nos diz Marcos Piccin (2014), não serviria para recomposição do espaço social gaúcho e pela manutenção dos capitais?

25 Segundo sua argumentação, o sistema de certificar requer um aperfeiçoamento, corrigindo demasiadas restrições que excluem os agricultores familiares. No caso da carne caprina da patagônia argentina ele alerta que é o oposto: os produtores com dificuldades econômicas é que recebem o apoio (SOARES, 2014).

produtos certificados em suas redes e respectivas práticas materiais. Estas são as características comuns da certificação: padrões ou normas públicas, inspeções terceirizadas, selos de qualidade e redes institucionais (MUTERSBAUGH et. al., 2005).

Isso não se dá sem conflitos, negociações e relações de poder – *e.g.*, quem determina a legitimação, terceirização de certificação por distribuidores, ambiguidade dos rótulos, etc. A certificação traz esperança aos produtores, porém pode trazer subjugo, frustrações, mudanças organizacionais e encargos trabalhistas. Seu acesso pode ser limitado, incluir poderosos atores privados e estratégias de integração ao mercado convencional. Assim, ela proporciona ganhos tênues e contestados à subsistência rural como resposta – ainda que expressão – aos males da globalização, requerendo uma postura crítica (*ibid.*).

Na linha da perspectiva da governança, Hatanaka & Busch (2008) examinam como funcionam os mecanismos de governança da Certificação de Terceiro (*Third-party Certification* – TPC) e constataam a possibilidade de melhor funcionamento desse mecanismo se o governo tomasse papel mais ativo na governança. O problema é que a regulação dos alimentos pelas nações foram restringidas pela globalização, reformas neoliberais e expansão da diferenciação de produtos. Do governo à governança, os Estados delegam autoridades e responsabilidade aos setores não estatais e privados, regulando indiretamente os produtos agroalimentares. Desse modo, TPCs são “integradas em redes sociais, políticas e econômicas” e não são operacionalmente independentes pois a medida que são vistas como negócios, a harmonização dos padrões emergem como ameaças, as práticas de certificação se balizam em relações de confiança e reforçam a posição externa da certificação (*ibid.*).

O Quadro 1 a seguir apresenta alguns setores produtivos reestruturados historicamente para a produção alimentícia de qualidade na Argentina, Espanha e Brasil. É comum a identificação do caráter desigual de poder entre os atores envolvidos nos processos produtivos, do campo à agroindústria. Além disso, é comum a variedade nas formas de contratos de trabalho e o aspecto do mercado global é dominante na implicação da qualidade através de padrões e normas ao local. A qualidade, nesse sentido, se insere nos ramos do agronegócio. A diferenciação do produto de qualidade reconstrói os próprios produtos tradicionais e se insere nos ramos do agronegócio. A dúvida paira sobre o fato da qualidade do produto ser diferenciada ou não, dado que os mesmos produtos (convencionais, com vínculo com a tradição) podem ser vendidos sem a alcunha de possuir mais qualidade.

Quadro 1 – Comparação entre pesquisas de algumas regiões do mundo sobre produtos alimentares de qualidade

Autores	Área pesquisada	Objeto de pesquisa	Resultados
Quaranta & Brignardello (2019)	Vitivinicultura de qualidade em Cuyo, Argentina. Província de Mendoza.	Relações sociais entre agroindústrias (<i>bodegas</i>), estabelecimentos primários e trabalhadores.	Processo produtivo heterogêneo, fragmentado e flexível. Aumento do vínculo por fidelidade entre <i>bodegas</i> e produtores, ou seja, personalização e fetichização da produção. Personalismo e modernização.
Pérez & Alonso (2021)	Setor citrícola de qualidade em <i>La Ribera del Xúquer</i> , em Valência, na Espanha.	Qualidade como modelo de governança e coordenação de atividades segundo gostos do mercado.	Não melhoram a qualidade do trabalho, aumenta os padrões e normas de produção (do campo aos <i>almacenes</i> ²⁶) e as desigualdades de poder dos atores (no setor secundário, o aumento da segmentação étnica, dos trabalhos descontínuos, temporários e por ETT).
Amaya-Corchuelo, Froehlich & Criado (2018)	Comparação entre <i>jamon</i> ibérico da Espanha e a carne do Pampa gaúcho do Brasil.	Uso de capital cultural na singularização dos produtos de qualidade ligados ao território.	Valor agregado ao mercado global e não local. O consumo cultural é que autentica o alimento. Relações de poder e apropriação de um grupo sobre outro. A IG como bem privado. Resignificação do produto a partir da tradição. No entanto, não melhora nem o produto tampouco o trabalho.

Fonte: Produção própria a partir das referências citadas.

No subtópico seguinte, após um breve panorama sobre o agronegócio no Brasil, trataremos algumas breves considerações sobre as entrevistas com sindicalistas, trabalhadores e gestores rurais realizadas através do Grupo TRAMAS (UFMS, RS). As questões de fundo que balizaram essas entrevistas eram conhecer as relações envolvidas no mercado das carnes de qualidade do Rio Grande do Sul e suas implicações na qualidade do trabalho de base dessa

26 No caso de *La Ribera del Xúquer*, a participação dos “jefes de cuadrilla” no recrutamento dos membros para o trabalho no campo é semelhante ao trabalho do gato em casos brasileiros de aliciamento de trabalhadores rurais. O filme *Pureza* (2022) destaca um caso no Maranhão em que o gato tem relevância nesse recrutamento à fazenda.

produção. Se mostra a dificuldade do elo mais frágil de alcançar condições mais dignas de trabalho no desequilíbrio entre capital e trabalho e das problemáticas dos casos de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

4.3. Agronegócio brasileiro e notas sobre as condições do trabalho rural

Caio Pompeia (2021) investiga a constituição e consolidação do campo político do *agribusiness* no Brasil. A ideia surge em Harvard, envolvendo tanto a academia quanto corporações e governo. A partir da intensificação disciplinar nos EUA da relação entre agricultura e negócios nos anos 50, a proposta de *agribusiness* englobava “todo o sistema de alimentos”. Buscando a ampliação da racionalidade intersetorial, se discursava em prol da “liberalização” na agricultura, visando melhorias nas interrelações entre “agricultura e as funções secundárias (indústria) e terciárias (comércio e serviços)” (p. 39-46).

O agronegócio brasileiro, segundo essa concepção ampla, responde por cerca de 24% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, alcançando por volta de R\$2,63 trilhões, representando os agrosserviços (setores de insumos, primários e agroindústrias) (CEPEA, 2023). De fato, o agronegócio brasileiro é “gigante”: tem o maior rebanho bovino, é um dos líderes na produção e exportação de grãos, na produção de frutas e em exportação de carnes, possuindo um pujante aparato tecnológico²⁷. Na contramão, indicadores mostram a situação precária do trabalho rural no Brasil: maior informalidade, menores salários e casos de violações de condições de trabalho e dignidade dos sujeitos. As reformas trabalhistas²⁸ contribuíram para essa vulnerabilidade (PICOLOTTO, 2024).

A “universalização dos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais” em meados do século XX no Brasil não foram suficientes para afastar a vulnerabilidade social dos assalariados rurais. A modernidade tecnológica e o poder econômico do agronegócio contrasta com a “concentração de capital e poder em poucos atores” e na vulnerabilidade de um trabalho rural sazonal e precarizado (ibid., p. 12). É nesse sentido que Karl Marx (2010, p. 149), como mencionado no início, contribui com o debate ao tratar do trabalho na “moderna realidade político-social”. Examinando a “relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político” como um problema tipicamente moderno a partir do ajuste da história à crítica das condições existentes (ibid., p. 150).

27 Há reprodução de “vulnerabilidade sociais” que multiplicam a “desigualdade de classe, gênero, raça e etnia (...) afetando as sociedades latino-americanas” como um todo (RIELLA & MASCHERONI, 2015, p. 25).

28 Sobre Reformas Trabalhista, Lei da Terceirização e impactos sobre trabalhadores e sindicatos, conferir o trabalho do Grupo Tramas (UFMS) em Picolotto, Lazzaretti & Trindade (2022).

É que o ruralismo no Brasil é “parte essencial de sua formação histórica”²⁹. No entanto, se mostra tradicional e conservador. Se desenvolveu na esteira da Revolução Verde e de um processo de desregulamentação ambiental por grandes corporações. O “pacote de destruição” do governo Jair Bolsonaro conta com o maior histórico de desmatamento da última década agregado à agenda climática³⁰ de apropriação da “agricultura sustentável” ou “esverdeamento do agronegócio” (BASSI, 2022, p. 3-4). Essa necessidade de adaptação à economia verde (pelo menos no discurso³¹) para sobrevivência ocorre por conta da pressão do mercado internacional para importações livres de desmatamento (ibid., p. 21).

O fenômeno “agrobolsonarismo” se pautou na simulação da agregação entre agro e massas, pois

“Bolsonaro logo notou que as divisões no agronegócio poderiam favorecê-lo e, em seu discurso de campanha, enfatizou as pautas que agradavam principalmente os fazendeiros com papel subalterno na cena política³² e econômica. Defendeu a redução de impostos para a agropecuária e a possibilidade de supressão das dívidas do Funrural, posicionou-se contra os movimentos sociais e contra os direitos territoriais de povos e populações tradicionais, fez críticas à fiscalização e à punição a ilícitos ambientais e propôs a facilitação do uso de armas de fogo por proprietários rurais. Era exatamente o que muitos desses fazendeiros queriam ouvir, e nenhum outro candidato à Presidência estava propondo na campanha de 2018” (POMPEIA, 2022).

Nesse sentido, Marconi Severo (2023) destaca que o agronegócio vai além do puramente econômico, mas infiltra os aspectos culturais, sociais e políticos através da mobilização simbólica das “pré-disposições” para “configurar o meio rural” pela “hegemonia” da agricultura empresarial de maneira universalizante (SEVERO, 2023). Além disso, abarca a ideologia de monopólios internacionais através da “territorialização dos monopólios” e a “monopolização do território” na agricultura (OLIVEIRA, 2015).

29 Seja como colonização de “empresa comercial” em que o “nexo moral” não existe e a “integridade social” é a escravidão, segundo Caio Padro Júnior (1998, p. 341-342) ou como um país agrário, escravocrata e híbrido conforme o mito da democracia racial de Gilberto Freyre (2014).

30 Como a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 26), de 2021, com o tema central na redução de 50% da emissão de gases de efeito estufa. Porém, o governo da época participou com uma delegação ruralista e com a CNA acima dos Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores.

31 Ilustrativo é o filme *Super Size Me 2* de 2019, dirigido por Morgan Spurlock. Aborda a indústria de alimentos, em especial a avicultura, e da remodelação dos restaurantes de *fast-food* para alteração (esverdeamento) da percepção dos consumidores acerca dos alimentos.

32 O *Ruralômetro 2022* é uma ferramenta de pesquisa para campanha eleitoral que ajuda a identificar a “temperatura” de candidatos políticos. Quanto mais alta a temperatura, maiores são os impactos socioambientais dos projetos propostos pelo candidato. É possível identificar os(as) multados(as) por infringir direitos trabalhistas, ambientais ou receber doações de infratores. Disponível em: <https://ruralometro2022.reporterbrasil.org.br/>.

O agronegócio possui complexos aparelhos privados de hegemonia.³³ Voltado para o mercado internacional, está imbricado na manutenção da estrutura fundiária em poucas mãos³⁴ (WEISHEIMER, ARAÚJO & LEHER, 2022, p. 247). Segundo Ploeg (2008), “[e]xiste uma conquista imperial no que diz respeito à integridade dos alimentos, à perícia da prática agrícola, à dinâmica da natureza e aos recursos e aspirações de muitos agricultores”.

Como desvelar essa apropriação hegemônica? O “conflito” como forma social da historicidade permite o exame do movimento e da ordem subjacentes aos conflitos e aos poderes políticos e ideológicos nas sociedades (TOURAINÉ, 1996, p. 75-96). Se uma mobilização³⁵ reclama às autoridades públicas tomadas de decisões acerca de casos análogos à escravidão na Serra Gaúcha³⁶ em oposição às empresas infratoras, então a ordem subjacente aos conflitos se desvela.³⁷ O local tem impacto sobre o global.

Voltar a atenção para os atores e suas condições sociais concretas nos permite examinar as decisões que são tomadas por “atores históricos” em “uma sociedade [que] se produz a si própria” onde a situação social é constantemente redefinida pela existência da “inovação cultural” e de “mecanismos políticos” das relações sociais. Nesse sentido, o

33 Tais como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), para citar apenas algumas entre muitas outras. Seria impossível listar toda a aparelhagem.

34 Sobre a concentração em poucas mãos, a pesquisa *Nome aos bois*, da Repórter Brasil, fez análise dos 10 maiores pecuaristas do Brasil, onde 9 deles possuem problemas trabalhistas, ambientais e possuem ligação com o desmatamento ilegal da Amazônia Legal que abriga cerca de 43% do número total de bovinos. Disponível em: <https://nomeaosbois.reporterbrasil.org.br/>. Além disso, 75% das áreas ocupadas são “terras públicas não destinadas” e desmatadas para abertura de pasto. Alguns desses analisados vieram do sul e sudeste por incentivo do governo militar nos anos 60 e 70. Outra parte apenas investe na região. A grilagem é um dos principais problemas para a perpetuação do desmatamento. Conferir em: <https://ipam.org.br/pastagem-ocupa-75-da-area-desmatada-em-terras-publicas-na-amazonia/>.

35 Nos referimos à mobilização “Trabalho Escravo Nunca Mais” realizada dia 10 de março de 2023 em Porto Alegre, organizada pela Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (Fetar-RS) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) como ato de repúdio aos casos recentes de trabalho análogo à escravidão nas vinícolas da serra gaúcha. Assalariados(as) rurais, dirigentes e associados(as) sindicais, professores(as) e vereadores(as) de inúmeros municípios do RS (Bagé, Dom Pedrito, Uruguai, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Bom Jesus e outros) se faziam presentes na mobilização. Na tarde desse mesmo dia, houve um resgate de 56 trabalhadores, 10 deles adolescentes, em condições análogas à escravidão em duas fazendas de arroz em Uruguai. Conferir em: <https://www.poder360.com.br/justica/operacao-resgata-56-pessoas-em-trabalho-escravo-em-rs/>.

36 O importante trabalho de Camila Penna e Ana Lopes (2023) esclarece o caso pela dinâmica da branquitude e do racismo envolvido nos casos de trabalho escravo na região da Serra Gaúcha.

37 Nesse ato, as entidades sindicais representativas entregaram um documento com as reivindicações da categoria ao superintendente geral do trabalho, demandando, em linhas gerais, os seguintes pontos: I. Ação imediata da revogação das reformas trabalhistas; II. Concursos para auditores de fiscalização do trabalho; III. Fortalecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“estudo da ação histórica” implica o “estudo intensivo de *grupos restritos*”³⁸ de modo aprofundado e de larga duração (TOURAINÉ, 1982, p. 37-39).

A reflexão dos movimentos sociais se opondo às estruturas econômicas como causas das condutas coletivas permite a passagem de um objetivismo para uma busca dos sentidos/significados da ação dos atores (TOURAINÉ, 2006, p. 20). Por exemplo, sobre os casos de trabalho análogo à escravidão, ou seja, dos motivos que leva uma empresa a praticar tais coisas, um sindicalista entrevistado nos diz que “(...) o maior potencial [para fazê-lo] é a certeza da impunidade”. E acrescenta:

“Ninguém [do patronato] vai sofrer punição criminal, por... [qualquer] um TAC [Termo de Ajuste de Conduta], se passa um rodo em tudo e feito! Isso é um incentivo ao crime. Se um empresário, eu costumo dizer e não sei se estou exagerando, mas ficasse dois dias preso e se pudesse noticiar na imprensa que ele tava preso, pra eles teriam um custo muito maior, moral, e seria muito mais, é... disciplinador do que pagar 9 mil pra um trabalhador. Um dia de prisão que a imprensa soubesse que foi preso (...)”

As preocupações do setor patronal, segundo indicam as entrevistas coletadas³⁹, se preocupam com a gestão empresarial e na competitividade. Com referência ao trabalho rural, normalmente se preocupam com a qualificação do trabalhador e a falta de mão de obra. Os trabalhadores rurais entrevistados, por outro lado, revelam o desejo por melhores salários, menos funções nos trabalhos rurais e sobretudo o medo de reivindicar seus direitos por conta da necessidade do emprego ou mesmo de algum dia precisar voltar ao antigo emprego. Veja as palavras desse assalariado rural sobre informalidade e pluriatividade no campo:

“(...) eu falava nunca tive coragem de botar ninguém na justiça, causa que não tem necessidade né, vai que um dia a gente precise voltar, aí que tá! (...) por causa que cada lugar tem um sistema diferente né (...) todo lugar tem um sistema diferente de lidar, as vezes a gente não sabe uma coisa, as vezes a gente acha que sabe tudo e já não tá sabendo quase nada, vai para outro lugar é outro sistema, outras maneiras do pessoal pensar também, aí se torna tudo meio ao contrário como eu digo, mas a gente vai passando o tempo e vai se adaptando”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o problema da modernidade surge como uma oposição entre o rural e o urbano, embora não se limite apenas a isso. A sociedade, passando a se voltar a si mesma, permite identificar problemas sociais, econômicos e políticos que permitem resolução

³⁸ Podemos entender grupos restritos como os trabalhadores, sindicalistas ou gestores rurais de uma dada região, por exemplo. O estudo acadêmico dos conflitos envolvidos com os grupos nos permite identificar problemas e visar alternativas de resoluções.

³⁹ Foram realizadas 7 entrevistas pelo Grupo Tramas. Sendo 1 gerenciador de carne de qualidade, 2 trabalhadores rurais, 1 veterinário/pecuarista, 1 pesquisador da pecuária e 2 sindicalistas.

racional. O trabalho assalariado, rompendo em tese com a condição de servidão, aparece como relação prática de transformação da natureza, porém arroga prismas de ocultamento fetichista estranhado ao mesmo tempo que possui, segundo Karl Marx, os germes da transformação social e, portanto, da criatividade.

O aspecto transformativo e criativo do trabalho pode dispor de ações de superação da reificação na realidade concreta das condições e relações de trabalho, principalmente no meio rural. Não é possível assumir o caráter teleológico da perspectiva marxista. O âmbito da ação, em particular coletiva, abriria espaço para não só expor os conflitos subjacentes à ordem hegemônica mas propôr mudanças concretas ao alcance dos sujeitos. No entanto, o aspecto das mudanças da ação em circunstâncias não determinadas e alheias à vontade contidas no marxismo ainda parecem pertinentes.

Nesse sentido, conforme o que foi dito no corpo do presente trabalho, alguns pontos merecem aprofundamentos futuros. A cooperação na gestão dos negócios parece consolidada, isto é, os líderes rurais se organizam com efetividade na busca da maior competitividade e complexificam sua administração – seja por aumento na inspeção, na certificação, na terceirização, etc – ao mesmo tempo que minam a organização na infraestrutura produtiva social. Isso também é consequência da expansão da padronização e de aparelhos ideológicos.

No caso brasileiro, apesar de seu ruralismo colonizador em sua formação agrícola, alguns avanços foram feitos. Nos governos Lula e Dilma, algumas pesquisas citadas no presente artigo descrevem os avanços na regulação do trabalho, no fortalecimento do Estado e na criação de políticas públicas – não só no âmbito urbano, mas sobretudo rural. Todavia, as reformas trabalhistas e o governo Bolsonaro retrocederam esses avanços na desconsideração das diferenças entre as empresas bem inseridas nos mercados e a agricultura familiar carente de apoio público para se desenvolver. A homogeneização do agronegócio na percepção das massas favoreceram os retrocessos.

Ora, as reivindicações dos movimentos sociais de diferenciação que visavam a transparência da produção acabaram sendo reintegrados aos mercados tradicionais refletindo no predomínio da governança sobre o governo, dado a força reificadora do capital. No entanto, a agroecologia recente, contrária ao desmatamento e ao uso cada vez maior de agrotóxicos nos alimentos, mereceria um estudo aprofundado – tópico que não foi possível abordar suficientemente no presente trabalho bem como da importância das ações sindicais de equilíbrio.

REFERÊNCIAS:

ABHB (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HEREFORD E BRAFORD). **Regulamento de Certificação Programa Carne Pampa**, agosto, 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

AMAYA-CORCHUELO, Santiago; FROEHLICH, José Marcos y AGUILAR CRIADO, Encarnación. Singularidades en venta: uso de valores culturales y construcción de la distintividad en los casos de jamon ibérico en España y de la carne de la Pampa en Brasil. **AGER: Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural** (Journal of Depopulation and Rural Studies), 26, 2019, p. 35-66. DOI: 10.4422/ager.2018.10.

ARON, Raymond. Karl Marx. In:_____. **As etapas do pensamento sociológico** [1967]. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BASSI, Bruno Stankevicius. **O agro não é verde**: como o agronegócio se articula para parecer sustentável. De olho nos ruralistas; Fase, 2022.

BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In:_____. **Temas de Filosofia**. Organização de Gaspar Paz. São Paulo: Edusp, 2015.

CEPEA/CNA. **Sumário executivo PIB do agronegócio**. 2º Trimestre de 2023.

_____. **Dialética**: teoria/práxis: ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Porto Alegre: Globo, 1977.

BOSETTI, Cleber José. O Camponês no Olhar Sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 08-32, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 1988.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia de. Desenvolvimento rural, conhecimento e cooperação como força produtiva. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 161-180, jul./dez. 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLLARES, Bruno Bervig. **O perfil dos produtores associados à Alianza del Pastizal e o programa de carne certificada como incentivo à conservação ambiental**. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM – RS, 2022.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIRON, B. & VAGNERON, I. “From commoditisation to de-commoditisation... and back again. Discussing the role of sustainability standards for agricultural products”, **Development Policy Review**, 29(1):91-113, 2011.

DULLIUS, Paulo Roberto. **Indicações geográficas e desenvolvimento territorial**: as experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2009.

FELDENS, Marina & MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Agricultores assentados na microrregião Campanha Meridional/RS: atores sociais atuando na integração de práticas e formas de organização com o meio ambiente. **Vozes Diversas, Diferentes Saberes**. Salão UFRGS: conhecimento, formação, inovação. Salão de Iniciação Científica, XXX SIC, 15 a 19 de outubro, 2018.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia em Marx**: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?** São Paulo: Atlas, 2002.

HATANAKA, Maki & BUSCH, Lawrence. Third-Party Certification in the Global System Agrifood: an objective or socially mediated governance mechanism? **Sociologia Ruralis**, vol. 48, n. 1, jan., 2008.

JOLLIVET, Marcel. A “Vocação Atual” da Sociologia Rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, Novembro, 1998, p 5-25.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESSA, Sergio. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In_____. **Mundo dos Homens**: Trabalho e ser social. 3º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 25-42.

MALAFAIA, Guilherme Cunha & BARCELLOS, Julio Otavio Jardim. Sistemas agroalimentares locais e a visão baseada em recursos: construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol. 5, n. 1, p. 25-50, 2007.

- MARQUES, Victor Hugo de Oliveira & MACIEL, Josemar de Campo. O discurso filosófico da modernidade em Marx. **Multitemas**, Campo Grandes, MS, v. 23, n 55, p. 265-286, set./dez., 2018.
- MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente: Diálogos sobre Sociabilidades Rurais Contemporâneas**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.
- MARX, Karl. Introdução. In:_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** [1843]. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 145-157.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. Prefácio. In:_____. **Contribuição à crítica da economia política** [1859]. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista** [1848]. São Paulo: Penguin Classics, 2007
- _____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas** [1845-1846]. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOUZAKITIS, A. Modernity and the Idea of Progress. **Front. Sociol.** 2:3, 2017.
- MUTERSBAUGH et al. Certifying rural spaces: Quality-Certified Products and Rural Governance. **Journal of Rural Studies**, 21, 2005, p. 381-388.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NIEDERLE, Paulo Andre. **Compromisso para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

- PENNA, Camila; LOPES, Ana. **Branquitude e trabalho escravo na Serra Gaúcha**. Porto Alegre: Sopas, Ibirapitanga, 2023. (Série Futuros Alimentares Sustentáveis).
- PÉREZ, Francisco Torres & ALONSO, Yaiza Pérez. Los últimos y las últimas de la cadena: calidad y trabajo en el sector citrícola valenciano. **Revista Española de Sociología**, 30 (1), 2021.
- PICCIN, Marcos Botton. Recomposições do espaço social em terras estancieiras: estilo de vida e cálculos econômicos. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v. 4, nº 1, p. 11-48, jan./jun., 2014.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Gigante com pés de barro: o trabalho rural como elo frágil do agronegócio em tempos de reformas trabalhistas. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 67, n. 3, 2024.
- _____. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. s063-s084, 2014.
- PICOLOTTO, Everton L.; LAZZARETTI, Mateus & TRINDADE, Eduarda. As reformas neoliberais no Brasil e seus impactos na ação sindical e na precarização do trabalho rural. **Laborare**, ano V, nº 9, jul-dez, 2022, p. 9-33.
- PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- _____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.
- POMPEIA, Caio. O agrobolsonarismo. Piauí, jan. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo>>. Acesso em: 18/11/2023.
- POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- QUARANTA, Germán y BRIGNARDELLO, María. Relaciones sociales de calidad en la producción y el trabajo en la vitivinicultura de Cuyo, Argentina, en GÓMEZ, Martha Judith Sánchez; PÉREZ, Francisco Torres; YOLDI, Inmaculada Serra y MONTESINOS, María Elena Gadea (Coordinadores). **Reestructuración vitivinícola, mercados de trabajo y trabajadores migrantes**, México: Editorial del I.I.S., UNAM, 2019.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto & MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. **Estudos de**

Sociologia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 1, n. 16, 2010, p. 179-208.

RIELLA, Alberto & MASCHERONI, Paola (Comp.). Introducción. In:_____. **Assalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2015.

SANSON, Cesar. **O trabalho nos clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber**. São Paulo: Expressão Popular e EDUFRRN, 2021.

SANTOS, Rogério Jaworski dos.; SEVERO, José Carlos Paiva. & SANT'ANNA, Danilo Menezes. Pampa gaúcho da campanha meridional: indicação de procedência. **I Simpósio Internacional de Raças Nativas: sustentabilidade e propriedade intelectual**, Teresina, PI, 19 a 22 de agosto de 2015.

SARTORI, Vitor Bartoletti. A relação cidade-campo em Marx: capital, a renda da terra e o lucro. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 13, nº 1. ISSN 2317-7721, 2021, p. 400-426.

SEVERO, Marconi. **O agronegócio brasileiro: hegemonia e projeto de sociedade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr., 2019.

SILVA, José Graziano da. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001, p. 37-50.

SOARES, Paulo Brasil Dill. **As Indicações Geográficas e o Desenvolvimento Territorial no Mercosul: Os Casos da Carne Caprina procedente da Região Patagônica e a Bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, 2014.

TOURAINÉ, Alain. O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, 3, p. 36-45, julho, 1982.

TOURAINÉ Alain. **O retorno do Actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, Vol. 21, no. 1, 2006, pp.17-28.

THÉVENOT, Laurent. Governing life by standards: a view from engagements, **Social Studies of Science**, vol. 39, nº 5, Oct. 2009, pp. 793-813.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A philosophical history of german sociology**. New York: Routledge, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. s025-s044, p. 2015.

WEISHEIMER, Nilson; ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de; & LEHER, Roberto. Questão agrária, formação social brasileira e dependência. **Princípios**, n. 163, jan./abr., 2022.

WITTROCK, Björn et al. (Ed.). **The rise of the social science and the formation of modernity: conceptual change in context, 1750-1850**. Springer Science, 1988.